



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **07/08/2018**

Aprovado em: **07/08/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.05.17>

DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

EIXO: 5. EDUCAÇÃO E INFÂNCIA

SUELY CRISTINA SILVA SOUZA, JOSSIMARA DE SOUZA

RESUMO

Este trabalho bibliográfico tem por fim analisar a discriminação racial no Ensino Fundamental e suas implicações no desenvolvimento educacional das crianças. Pretende-se ainda, despertar a sociedade de uma forma geral e, em especial, a escola e a família, para a urgente necessidade de combate por meio de todos os meios disponíveis a essa forma de preconceito. Tais instituições sociais, escola e família, são as principais responsáveis pela prática educativa e devem agir em parceria em prol de uma sociedade melhor. Para tanto, mudanças de atitudes, de conceitos e de concepções internalizadas nos sujeitos podem ser conscientizadas desde pequeno por meio da educação, uma vez que nesta fase se adquire valores e normas de conduta importantes que norteiam a vida do ser humano.

Palavras chave: Crianças. Discriminação Racial. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This bibliographic work aims at analyzing racial discrimination in Elementary School and its implications in the educational development of children. The intention is also to awaken society in a general way, and especially the school and the family, for the urgent need to combat by all available means this form of prejudice. Such social institutions, school and family, are primarily responsible for educational practice and must act in partnership for a better society. In order to do so, changes in attitudes, concepts and conceptions internalized in the subjects can be made aware at an early age through education, since at this stage important values and norms of conduct that guide the life of the human being are acquired.

Keywords: Children. Racial discrimination. Elementary School.

RESUMEM

Este trabajo bibliográfico tiene por fin analizar la discriminación racial en la Enseñanza Fundamental y sus implicaciones en el desarrollo educativo de los niños. Se pretende, además, despertar la sociedad de una forma general y, en especial, la escuela y la familia, para la urgente necesidad de combate por medio de todos los medios disponibles esa forma de prejuicio. Tales instituciones sociales, escuela y familia, son las principales responsables de la práctica educativa y deben actuar en asociación en favor de una sociedad mejor. Para ello, cambios de actitudes, de conceptos y de concepciones internalizadas en los sujetos pueden ser conscientizadas desde pequeño por medio de la educación, ya que en esta fase se adquiere valores y normas de conducta importantes que orientan la vida del ser humano.

Palabras clave: Los niños. Discriminación racial. Enseñanza fundamental.

Com a persistência de casos de discriminação de raça e cor, o presente trabalho propõe-se a debater as prováveis causas deste preconceito, suas implicações no aprendizado do sujeito atingido por este tipo de fenômeno e, as possíveis soluções para o problema.

Desta forma, baseando-se em autores que abordam o tema discriminação racial foram feitas ponderações que justifiquem a ocorrência através do histórico da discriminação no Brasil, como ela chegou ao ambiente escolar, as medidas apontadas para sanar e, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) tratam deste assunto, além de levar em consideração estudos e pensamentos de teóricos que tratam do tema. É importante

ressaltar que, o combate não deve ocorrer somente através das instituições educacionais, mas na família e no seio da sociedade também é vital a mudança de pensamento.

Com a justificativa clara de debater acerca desta realidade, que traz como consequências a introversão da criança discriminada, além de tolher suas manifestações de cunho cultural ou social, em virtude da baixa autoestima, trazendo à tona comportamentos e sentimentos como agressividade, indisciplina, culpa e medo de rejeição, gerando muitas vezes um quadro de depressão que prejudicará o ser discriminado por toda a sua vida.

O ato discriminatório em si ocasiona no sujeito discriminado um sentimento de impotência e inferioridade, o que provoca dificuldades no âmbito social, afetivo-emocional e educativo. Apesar da mudança de comportamento da sociedade nas últimas décadas, este ainda é um problema muito presente. Partindo desta assertiva, questiona-se: como a discriminação por motivo de raça e cor afeta o processo de ensino e aprendizagem e quais medidas têm sido tomadas para a extinção dessa prática no ambiente escolar do Ensino Fundamental

Para tanto, o trabalho objetiva analisar a discriminação racial no Ensino Fundamental e suas implicações no desenvolvimento educacional das crianças. Pretende-se ainda, despertar a sociedade de uma forma geral e, em especial, a escola e a família, para a urgente necessidade de combate por meio de todos os meios disponíveis essa forma de discriminação

Esse combate não é feito no campo jurídico ou criminal, ele habita o campo do conhecimento e da consciência, pois de nada adianta indenizações, prisões e processos se a mentalidade de quem pratica tais atos não for modificada. É necessário que todos entendam e compreendam que a cor não interfere na idoneidade de alguém e, que, simplesmente, somos o que praticamos, nossas atitudes, sim, estas demonstram quem nós somos de verdade.

Mas, como podemos mudar esta situação Se as pessoas sabem o que fazer, no entanto, não põem em prática aquilo que aprenderam. Esta forma de preconceito tem ocorrido dentro das instituições de ensino, sendo exatamente neste espaço que ele precisa ser combatido. Incentivar, desde criança, o convívio com as diferenças, apresentando-as como uma forma de enriquecer e melhorar a sociedade; remover o preconceito de que a cor determina os hábitos de uma pessoa, como se fosse, a genética, responsável pelas ações. Até mesmo remover do meio escolar expressões racistas, repudiando quaisquer atitudes, frases, comentários ou piadas que incorram à discriminação.

É comum ouvir frases de efeito como: “a coisa tá preta”, nos comentários de populares acerca de algum crime, de alguma forma, existe a presença do elemento negro - seja uma pessoa, a cor do carro ou veículo utilizado, a cor da vestimenta, enfim, a cor negra está sempre associada a algo ruim. São comentários aparentemente inocentes, mas que se encontram carregados de preconceitos e discriminação. As piadas também trazem esta carga, o que parece brincadeira e motivo de risos incute na criança que o negro é exatamente o que o piadista diz.

Precisa-se ter muito cuidado com as crianças, pois elas estão desprovidas de consciência crítica e simplesmente aprende tudo o que observa, inclusive a valorar atitudes nocivas como sendo boas. Como exemplo, quando os pequenos veem os adultos praticando discriminações por causa de sua cor, não tem consciência de que a cor não determina caráter e sem intenção desvaloriza o colega.

São esses comportamentos que precisam ser evitados e até mesmo reprimidos. É preciso valorizar as boas ações das crianças para que estas se sintam bem ao conviverem com os seus semelhantes, os quais não são exatamente iguais. A criança é um ser em formação sob todos os aspectos, ainda incapaz de discernir, por si mesma, entre o certo e o errado, entre o que é conveniente ou não e, é a partir daquilo que os adultos ensinam e, mais ainda, fazem que elas aprendem.

Ninguém nasce sabendo o que é feio ou bonito, mas o simples fato de dizer a uma criança que o que ela fez de bom é bonito, estimula-a a repetir a ação, pois a medida que o tempo passa ela percebe

que bonito é algo bom e feio é algo ruim. Não é preciso explicar-lhe essa associação de valores, uma vez que ela percebe e passa a praticar as ditas coisas bonitas para sempre ser elogiada, embora, muitas vezes, não compreenda o motivo do elogio ou reprimenda.

A literatura acerca deste tema é vasta, no entanto, pouco se tem feito, efetivamente para solucionar o problema da discriminação racial no ambiente escolar, e menos ainda, para diminuir os efeitos desta prática sobre aqueles que a sofrem.

A principal linha de combate da discriminação racial é evitar que ocorram tais situações, como também saber lidar com elas quando estas já acontecem no ambiente escolar. Um acompanhamento médico especializado para vítimas e agressores é fundamental. O acompanhamento das famílias em todo o processo, constitui-se em grande ferramenta, porquê em muitos casos é no seio familiar que está a raiz do problema.

O descaso do governo na criação de meio para redução deste quadro é outro fator que contribui para que os casos de preconceito perdurem. Nota-se que os governantes ao invés de criarem tais meios buscam remendar com leis que apenas amenizam os efeitos, combatendo preconceito com ainda mais preconceitos, criando leis que pressupõem a incapacidade dos afrodescendentes de concorrer em pé de igualdade com os brancos.

Parece clichê dizer que a solução para o problema está no investimento em uma educação de qualidade, que realmente forme o cidadão de maneira integral, formando valores e não somente um robô capaz de replicar os conteúdos aprendidos na escola. Embasado na afirmação de Alves e Pátaro (2011), a escola deve ajudar na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade, devendo se preocupar não somente com a formação acadêmica, mas na formação de valores para um desenvolvimento intelectual e moral completo, afim de que o estudante tenha a capacidade de exercer plenamente sua cidadania.

Portanto, é gritante, a necessidade da escola, como meio de transformação, com o apoio incondicional das famílias, e não só das que sofrem algum tipo de discriminação, já que este é um problema de todos por ser um problema social, inicie a transformação da sociedade pela mudança de pensamento, que acarretará na mudança de concepção e comportamento, ainda que seja um projeto para o futuro, mas que esse futuro seja diferente do nosso triste presente.

Diante desta problemática realizamos uma pesquisa bibliográfica, cujo acervo contou com grandes autores acerca da temática “Racismo na Escola”, delimitando-a em torno dos efeitos que esta prática ocasiona sobre o aprendizado das crianças para buscar o embasamento teórico que sustentasse as concepções e convicções de que esta forma de preconceito e discriminação traz malefícios tanto a quem sofre quanto para quem pratica tais atos.

A pesquisa bibliográfica caracteriza-se como um “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2007, p. 48). Entretanto, não somente a leitura e transcrição de trechos, ela envolve uma análise crítica da obra lida e o confronto de ideias entre os diversos autores do tema abordado. Ainda podemos dizer que, dividem e definem o planejamento para a realização de uma pesquisa em três fases:

O planejamento de uma pesquisa dependerá basicamente de três fases:

Fase decisória: referente à escolha do tema, à definição e à delimitação do problema de pesquisa;

Fase construtiva: referente à construção de um plano de pesquisa e à execução da pesquisa propriamente dita;

Fase redacional: referente à análise dos dados e informações obtidas na fase construtiva. É a organização das ideias de forma sistematizada visando à elaboração do relatório final. A apresentação do relatório de pesquisa deverá obedecer às formalidades requeridas pela Academia (MENEZES; SILVA, 2005, p. 22).

Este tipo de metodologia permite, após a escolha e delimitação do tema, buscar referenciais teóricos que sustentem ou refutem a hipótese inicialmente defendida. Tal hipótese pode ser concebida a partir das próprias convicções do autor do trabalho, de outrem, ou ainda, do meio social em que este se encontra inserido. Isso não significa dizer que o autor defende suas ideias, antes, busca nos pensadores a validação ou não da hipótese.

Neste tipo de pesquisa não se faz necessário a aplicação de formulários, questionários ou coleta de dados como na pesquisa de campo, porém pode sustentar-se sobre a análise de dados coletados por outros autores. Permite ainda que, perceba-se que alguns temas como sobre o qual discorre este artigo, traz diferentes formas de concepção, onde alguns autores concordam com as atuais formas de combate ao racismo, enquanto outros julgam insuficientes e, ainda, outros que afirmam que o atual caminho seguido é apenas mais uma forma de discriminação racial.

A pesquisa bibliográfica é um método bastante enriquecedor, pois, pode, inclusive, levar tanto o autor do trabalho quanto aos leitores que a ele tiverem acesso a mudarem sua opinião acerca do tema abordado, visto que a medida que se realiza a leitura e interpretação dos textos produzidos os mesmos internalizam os conceitos neles presentes. A partir destes apontamentos, selecionamos o tema “Discriminação racial e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem do Ensino Fundamental”, devido sua atualidade e presença em todas as fases do aprendizado, sendo delimitado o seu enfoque apenas no Ensino Fundamental.

Com este procedimento verificou-se que há um consenso entre os autores de que a discriminação é uma prática nociva, onde a escola como instituição responsável pela formação integral dos cidadãos juntamente com a família e governantes devem buscar através da conscientização e criação de leis meios para combatê-la. No entanto, nota-se que não há um único pensamento quanto a forma de se realizar isso.

Dessa forma, objetivando analisar as causas e efeitos deste fenômeno no contexto escolar, traçamos um breve histórico e associamos os efeitos da relação família-escola no combate/perpetuação a tal forma de preconceito. Foram lidas algumas obras e realizadas anotações que posteriormente denotariam no esboço para o presente trabalho. A principal fonte bibliográfica foi a internet, que facilitou a busca de obras publicadas acerca do assunto.

A leitura de obras como as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Constituição Federal e nomes como Nascimento (2010) e Munanga (2005), onde foi realizado os rabiscos das ideias principais dos autores acerca do tema em debate, procedeu-se a interpretação das obras e a confecção deste artigo. Também houve a contribuição significativa das orientações obtidas nos encontros durante as aulas da disciplina Pesquisa e Prática II, as quais nortearam o caminho a ser seguido. Sendo assim, este trabalho não sanará o problema da discriminação racial, mas contribuirá para isto. No entanto, a solução só virá quando as ideias saírem do papel e forem vivenciadas por cada cidadão.

Diferentemente do que se pensa, o racismo ou discriminação racial ainda é muito presente em todos os setores da sociedade brasileira, inclusive na educação. O que se percebe na realidade é uma igualdade de fachada “para amenizar os conflitos raciais os antropólogos criaram um mito de uma democracia racial, que alegava uma aparente convivência pacífica entre brancos e negros” (LOPES, 2007, p. 151).

Na concepção de Santos (2014), alguns estudos apresentam uma grande diferença entre negros e brancos, bem distante do entendimento de democracia racial. O tema racismo não é algo novo, já vem sendo discutido há vários anos. O racismo no Brasil não representa apenas a reação de igualdade entre as pessoas, embora o país conte com desigualdades regionais crescentes. Sendo assim, também são abordados conceitos como classe, status, gênero e transformações da ordem socioeconômica e seus efeitos regionais (GUIMARÃES, 2004).

O Brasil, ao longo de sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, impedindo que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecessem. Com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), o Ministério da Educação dá um grande passo para enfrentar a injustiça nos sistemas educacionais do país (BRASIL, 2004).

O racismo no Brasil tem origens remotas, desde a época da colonização, com a escravização dos negros, regido por princípios europeus da superioridade dos brancos e é consolidada na educação pela segregação dos negros, uma vez que somente os filhos de nobres (brancos) podiam estudar e ter uma profissão digna. Mais tarde com a promulgação das leis contra a escravidão, torna-se ainda mais evidente, pois a um negro “livre”, mas sem qualquer instrução escolar, só restavam os trabalhos de nenhum prestígio, recebendo pagamentos que mal dava para alimentar-se.

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (GUIMARÃES, 2004, p. 23).

A discriminação racial é fruto de um conceito pré-formatado dentro do ser, as pessoas não nascem preconceituosas, elas se tornam na medida que internalizam aquilo que a sociedade lhe propõe, o que a família lhe oferece como educação, e o que a escola repete da sociedade deixando de ser formadora e modeladora desta, e passando a ser modelada pela mesma.

De acordo com Camino et al (2000), atualmente atos e atitudes como discriminação racial e étnica são fatores terminantemente proibidos por lei. Percebe-se que o preconceito, principalmente racial, é algo presente na sociedade brasileira, mesmo sabendo que essas ações desafiam a normas sociais.

O racismo não se trata de uma teoria científica, mas de um conjunto de opiniões pré-concebidas que tem como maior objetivo a valorização entre as diferenças biológicas entre os seres humanos, onde alguns acreditam serem superiores a eles devido a sua raiz racial. A existência das raças superiores e inferiores é justificada pela escravidão, onde alguns povos “os negros” eram comandados por outros grupos (SILVA; SILVA, 2015, p. 3).

Dessa forma, pode-se verificar que o racismo é um tipo de preconceito étnico, ou seja, é uma discriminação social baseada no conceito de que existem diferentes raças humanas, tendo base em

diferentes motivações nas características físicas do comportamento humano, mesmo sabendo que o racismo é crime.

O racismo e o preconceito se interligam de maneira étnica, seja no estilo de vida de uma pessoa como também em sua classe social, ou ainda, a aversão às pessoas pobres. A UNICEF (2010), afirma que estudos revelam que, ainda na primeira fase da infância, a criança já percebe diferenças na aparência das pessoas (cor de pele, por exemplos).

Entre muitas esferas sociais, a “[...] escola deveria ser o principal lugar onde as crianças e jovens pudessem aprender a conviver com a diversidade cultural. Mas como isso pode ocorrer, se em muitas pesquisas podemos comprovar que os docentes que ali atuam também cometem discriminação ” (SILVA; SILVA, 2015, p. 3). Tal indagação não faz parte do estudo em questão, porém nos alerta para as outras dimensões que as atitudes discriminatórias podem alcançar.

Os pais e educadores tem um papel bastante importante de evitar que desde a infância as crianças possuam olhares racistas. É preocupante a forma de como o estudo contra o racismo é falado dentro do cotidiano escolar pelo professor educador, pois é fundamental para mostrar esse papel antirracista, incentivando, motivando e orientando seus alunos a não praticar o racismo.

A UNESCO (2010) também mostra que alguns professores defendem que a escola deve ser um dos lugares destinados a educar as crianças sobre temas como racismo e preconceito, mas torna-se indispensável à presença da família e da sociedade, apesar de esta mesma sociedade alimentar atitudes racistas dentro do ambiente escolar por meio de hostilidades entre os estudantes. Assim, o professor não é o único responsável por este aprendizado, mas toda a comunidade escolar juntamente com os pais das crianças, já que a primeira educação vem de casa através de orientações e preocupações de como preparar as crianças para o mundo, cabendo a escola a reprodução dos valores contra o caráter racista.

Quanto ao preconceito, Silva e Silva (2015) afirma que esta prática se faz presente há vários séculos, abordando fatores como raça, gênero e classe social, levando em consideração ideias, valores, sentimentos e a maneiras de pensar. Desse modo, alguns padrões sociais são estabelecidos para excluir os que não se encaixam nas modalidades impostas pela sociedade vigente.

Para Williams Junior (1996), uma vez formado um preconceito como um complexo conjunto de crenças, valores e sentimentos, ele pode difundir-se e tornar-se normativo numa população por meio da socialização e do conformismo. Esta doutrinação permite que as crianças aprendam os preconceitos como parte do repertório cultural, sendo absorvido entre a família e outros grupos a que pertence.

Também se entende que a principal causa do preconceito é a forma banal das pessoas pensarem que representa o resultado das frustrações dos indivíduos numa atitude discriminatória. Portanto, o preconceito são ideias formadas antecipadamente e não acompanhado da seriedade.

Na visão de Silva e Silva (2015) o preconceito na escola ainda é o prejulgamento negativo de indivíduos e grupos que parte de pessoas negativistas, que mesmo conhecendo as leis e seus deveres sociais, tendem a errar, geralmente devido a sua personalidade. Essas atitudes negativas ocorrem frequentemente e assumem um caráter de consenso ou cunho ideológico que são utilizados para justificar atos de discriminação.

Os preconceitos dentro das escolas podem ser dos mais variados tipos como o social, racial, linguístico, religioso, entre outros, que podem levar o indivíduo a fortes raízes emocionais. Então, é preciso pensar diferente, agir de maneira gentil, colocar as pessoas para pensar colaborarem uma com as outras, para poder acabar com os preconceitos, ter um olhar diferente, menos crítico, menos maldoso. Em outras palavras, sabendo educar as crianças para uma visão de mundo diferente, esse é papel dos seres humanos pensantes.

Nesse processo de combate ao preconceito de forma globalizada é preciso buscar manter um relacionamento de forma concisa que envolva os fatores culturais, religiosos e étnicos, procurando inserir o respeito e os valores como fatores primordiais para o bom relacionamento humano (CAMINO et al, 2000).

Sabe-se que a discriminação nada mais é que tratar as outras pessoas com inferioridade, julgando ser superior. As pessoas que praticam a discriminação geralmente querem valorizar a si próprio e diminuir os demais, sendo incapaz de conviver com os outros e aceitar as diferenças naturais entre os seres humanos. Para isso, os educadores devem estar atentos aos seus alunos na pré-escola, visando a capacidade de convivência das crianças na sala de aula, orientando e incentivando o respeito ao próximo.

Segundo Silva e Silva (2015) pesquisas mostram que vários professores têm ciência que alunos negros tendem sofrer um processo de discriminação e exclusão na sala de aula, mas em grande parte dos casos os professores ignoram e ficam omissos aos casos. Nesse processo, os próprios professores confessam que o avanço escolar desses alunos se torna comprometidos, diferentemente de alunos brancos.

Além dos professores, os pais também devem saber conduzir seus filhos ao respeito com os outros visando às diferenças pessoais, raciais, religiosas, culturais, socioeconômicas, etc. A discriminação acontece através de atitudes adversas, diante características específicas e diferentes, uma pessoa pode ser discriminada por causa do seu gênero, orientação sexual, religião e raça.

Outro tipo de discriminação além dos apelidos e brincadeiras pejorativas nas escolas é o que retrata a estética, com a desvalorização do cabelo, que em muitos casos se torna alvo de gozação e deboche, o que afeta mais diretamente as meninas deixando claro que esta discriminação não escolhe gênero. A tentativa de desviar o foco da discriminação racial está presente nos relatos de que os negros também são racistas discriminando outros negros ou negando sua própria identidade, demonstrada por meio de baixa autoestima ocasionada pelas perseguições provocadas pela sociedade. Assim entendemos que o ambiente escolar tem a função de promover a democratização e o respeito, o discurso de que o negro tem que aceitar primeiro a si mesmo, vem como uma máscara daquilo que está implantado em toda a intolerância racial (SILVA; SILVA, 2015, p. 04).

A pobreza é outra causa que atrai para que a discriminação aconteça nos dias atuais, os alunos mais necessitados são os que sofrem discriminação, podendo chegar ao ponto de desistir de seus ideais. A discriminação aflige a vida do ser humano, leva a pessoa a desconsiderar fatos que contrariam suas opiniões

A Constituição de 1988, em seu Art. 205, prever que “a educação é um direito de todos e dever do estado” (BRASIL, 1988), a historicidade continua a prejudicar os negros, que influenciados pela má remuneração e, o preconceito que os engloba continuam a ser tratados em desigualdade, exigindo assim um maior esforço por reconhecimento, em virtude disso, o Governo Federal sanciona as leis das cotas que garantem uma maior participação de negros na sociedade.

Nessa perspectiva, temos a Lei 12.990/14, “Art. 1º Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos” (BRASIL, 2014), por uma maior participação dos negros no mercado de trabalho, e a Lei 12.711/12, que assegura o ingresso de mais afrodescendentes no ensino superior (BRASIL, 2012).

Não é de cunho deste trabalho defender ou criticar as decisões político-governamentais, antes questionar a forma mais adequada e, apontar que o preconceito e a discriminação não podem ser combatidos com mais diferenciação, antes dando oportunidades iguais a todos -, mas o que aponta o site Jus Brasil:

Com a adoção das cotas sociais pelas universidades, percebe-se que há uma institucionalização do racismo, pois, por não haver nenhuma diferença física ou intelectual entre os negros e o resto da população brasileira que justifique um tratamento diferenciado, o que deve ser combatido é o preconceito. A questão da dificuldade de ingresso de alunos negros nas universidades públicas trata-se, apenas, do descumprimento do governo de seu dever para com todos os brasileiros, que é fornecer um ensino de qualidade que garanta, indistintamente a toda população, a qualificação necessária para ingressar nas universidades públicas (JUSBRASIL, 2013).

Nota-se claramente que o combate ao racismo começa com uma educação de qualidade ainda nas séries iniciais. Durante o Ensino Fundamental, por volta dos 3 a 6 anos de idade, é o tempo em que as crianças iniciam também a formação de suas concepções acerca do mundo que a envolve. Durante este período os pequenos não possuem um senso de justiça e necessitam dos adultos para modelarem nelas aquilo que é correto ou não. É comum que elas reproduzam cenas e atitudes daquilo que vêm em casa na escolar e vice-versa.

Evidente que esse trabalho deve ter início em família. Sua continuidade é que será na escola, já nos primeiros anos, na Educação Infantil, aproveitando a fase em que a criança está totalmente aberta às interferências externas, construindo as bases de um futuro homem de bem.

O trabalho de formação nos valores morais tem que começar pelos exemplos observáveis nos adultos (pais, professores) que estão à volta da criança, já que estes se tornam referência na primeira fase da vida de uma criança (BRAGA, 2014, p. 1).

Imediatamente após esse período vem o Ensino Fundamental, a partir desta fase, a criança já possui opiniões formadas, apesar de não possuir ainda domínio sobre elas. Nesta etapa da educação as crianças costumam repetir as ações que durante a etapa anterior foi-lhe apontada como certas. Neste sentido, incentivar, elogiar ou o simples fato de sorrir de situações racistas diz, inconscientemente, para a criança que sua atitude é louvável, sendo digna de ser repetida como a mais adequada. Contrapondo-se a isto, reprimir e repreender de forma carinhosa, mas firme, lhe mostrará seu erro e a impelirá a mudar de atitude a fim de voltar a ser enaltecida por suas ações.

Por ser, o conceito de raça, muito mais cultural que biológico ou físico, o combate é feito no campo da mente e das crenças, não no sentido religioso, mas da cultura. É imperativo criar em nossas crianças o conceito de igualdade, mostrando-lhes que apesar de diferentes na cor, são iguais enquanto seres humanos. Despertar a criança para o convívio harmonioso.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais afirmam que o sistema educacional brasileiro precisa assegurar a igualdade de direitos a todos independente de raça, credo, região, opção político-partidária ou mesmo a cultura por ele praticada.

O conjunto das proposições aqui expressas responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a

fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes (BRASIL, 1997, p. 13).

Uma vez que a educação tem por finalidade, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional formar cidadão críticos-reflexivos, preparados para o convívio em sociedade, convém imbuir no cidadão, desde criança, o conceito de que a cor da pele não torna ninguém melhor ou pior que outro (BRASIL, 1996). Deve-se aflorar nos indivíduos que são as ações do dia-a-dia que nos tornam mais ou menos dignos de respeito, reconhecimento e admiração, confrontar atitudes louváveis e réprobos cometidas, sendo esse o papel o atribuído, principalmente à escola. A família também tem sua parcela de contribuição, porém é na escola que a criança inicia o convívio social com pessoas de cores diferentes.

A escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente. [...] a educação escolar deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora; que é preciso valorizá-las para garantir a democracia que, entre outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são, com suas características próprias e individualizadoras; que buscar soluções e fazê-las vigorar é uma questão de direitos humanos e cidadania (MUNANGA, 2005, p. 189).

O professor como formador de opiniões deve estar atento aos sinais de discriminação por raça dentro do ambiente escolar e contribuir para o trabalho e convívio coletivo. A família também deve colaborar com a educação das crianças e jovens, pois é na infância que se formam os valores que serão levados por toda a vida do ser humano, logo a parceria família-escola é fundamental para o combate ao preconceito racial.

Analisando mais proficuamente esta relação podemos perceber que a criança reproduz na escola o que observa em casa, sendo a recíproca verdadeira. Da mesma forma que os valores são aprendidos pelas crianças desde cedo e permanecem por toda a vida. A discriminação provoca o efeito contrário, no sentido que a criança que se sente rejeitada passa a ter a estima baixa, a questionar sua importância e valor diante da sociedade, tornando-se um ser desprovido de emoções e prazer com receio de decepcionar-se.

O preconceito praticado à criança negra pode e é muito perverso [...] pois pode fazer com que ela não se reconheça, iniciando um processo de desvalorização de suas características individuais, que interferem na construção da sua identidade.

[...] algo que nem sempre é visível aos nossos olhos, por que envolve tanto o caráter moral, como o psicológico do indivíduo. O que se subentende é que, a

formação e construção da identidade do indivíduo é um processo que começa na fase inicial da Educação Infantil (NASCIMENTO, 2010, p. 7).

Tendo esta visão, percebe-se a importância da família e da educação escolar, mas também as consequências decorrentes dessa violência. Portanto, estas duas principais instituições sociais devem unir-se em prol deste objetivo comum.

As crianças negras ao serem discriminadas passam a não se sentir parte integrante do grupo social em que está inserida, gerando bloqueios que as impedem muitas vezes de apreender o assunto exposto em sala de aula, tornam-se apáticas e introvertidas. Receando serem rejeitadas ‘fecham-se’ em seus mundos dificultando o processo de aprendizagem que, segundo as concepções de Piaget e Vygotsky, está intimamente ligado com as relações que estabelecemos com o meio, conosco e com o outro (SVERSUTI; SVERSUTI 2008).

Portanto, o processo de aprendizagem é dificultado quando a criança discriminada evita o contato e convívio social por temer ser ridicularizada ou discriminada em razão da sua cor. Da mesma sorte, tais crianças como forma de defender-se podem ainda tornarem-se rebeldes, indisciplinadas, agressivas ou desenvolver algum tipo de transtorno psicológico.

Torna-se relevante a presença da escola e da família na formação de valores que estimulem a convivência, não de forma tolerável, mas consciente do valor que cada um possui independente do tom da pele, sendo estas as principais referências e meios de interação da criança com o mundo, desenvolver nelas o reconhecimento da importância das diferenças como algo valioso e bom, ensinando-as valores como o respeito, a inclusão, a afetividade, a moralidade, entre outros.

O racismo, discriminação por motivo de cor ou preconceito, embora termos diferentes são comumente usados como sinônimos de uma prática de violência altamente nociva, pois as feridas do corpo saram, mas as provocadas no intelecto e no emocional, de uma criança, principalmente, são muito profundas e capazes de perdurar por toda a vida.

Uma violência silenciosa e tolerada pela sociedade que por muitas vezes “levam na brincadeira” como algo comum e normal do cotidiano. Entretanto, a pessoa violentada torna-se apática podendo desenvolver reações das mais variadas naturezas.

Neste sentido, torna-se urgente o combate a este tipo de discriminação. A ocorrência do preconceito em qualquer ambiente é prejudicial, mas na escola, e durante as séries iniciais ele se torna ainda mais nocivo, pois é na instituição escolar que a criança forma seus primeiros amigos (alguns que perdurarão por toda a vida) e onde se aprende suas primeiras palavras, efetivamente interagindo com pessoas de fora do seu círculo social. Quando a criança sofre este tipo de discriminação ela evita o contato com os colegas por medo de não ser aceita e a escola deixa de cumprir seu papel de formar cidadãos para a vida em sociedade.

A medida que avançam os debates acerca do assunto nota-se que pouco vem sendo feito a respeito, além de observar que nas obras de certos autores até o momento não surtiram o efeito desejado e que em alguns casos a discriminação é combatida com mais discriminação.

Acredita-se, ainda, que não existe um acompanhamento profissional especializado nem para a vítima, nem para o agressor, que por muitas vezes, também, é mais uma vítima de uma sociedade que na aparência é inclusiva e tolerante – a utilização deste termo já se torna em uma agressão, pois pressupõe que as crianças negras são inferiores, e que a classe dominante “branca” precisa suportá-las, mas como não existe outro termo mais sucinto e claro entenda-se como a capacidade de reconhecer a igualdade diferente da cor, raça, credo ou orientação sexual – porém, na prática, o que se percebe é que este abuso ainda é presente e está enraizado em nossa sociedade.

Fica evidenciado que somente a alteração da mentalidade das pessoas através da educação familiar ou escolar poderá reverter esse quadro, mas para isso ocorrer o governo também precisa fazer sua parte investindo no projeto da educação de qualidade. De que adianta que todas as crianças estejam na escola se lá elas não aprendem de fato. O investimento nessa educação, com a qualificação de professores para lidar com tais situações, com investimento em material e infraestrutura, proporcionando igualdade de oportunidades para todos, independentemente da cor ou tom de pele o que acarretará na diminuição das diferenças de tratamento.

Esta pesquisa possui relevância para a área da Pedagogia, uma vez que alertará os futuros e atuais pedagogos para esta triste, seja atuando em sala de aula ou na administração escolar, para propor e tomar as medidas necessárias para a redução e até extirpação do preconceito racial, que promove sofrimentos e perdas para toda a sociedade. Aos pesquisadores, pois irá enriquecer e avolumar a discussão sobre um problema presente e recorrente nos meios sociais. Aos estudantes de outros cursos que lidem com os problemas da vida em sociedade.

A educação é mais uma vez o pilar de sustentação e combustível de transformação para a questão de discriminação racial. Isto demonstra a importância que tem o educador na sociedade, pois todos os anseios sociais em algum momento passam pelo crivo da educação, tornando-se este o maior bem que pode uma pessoa possuir. O que nos leva a refletir também sobre o quanto negamos a importância da educação e como ela realmente necessita de atenção.

A escola juntamente com seus profissionais deve estar sempre atenta para que não haja entre as crianças nenhum tipo de ação ou atitude preconceituosa, sendo que quando isso acontecer estejam preparados para saber como agir diante de tal situação, sendo importante não causar ao agressor nenhum tipo de constrangimento. Isto só é possível a partir de uma política que forneça a esses profissionais a qualificação necessária e aqui surge mais uma vez a necessidade de uma educação de qualidade, que não deve envolver somente os alunos, mas também os profissionais da educação.

Enfim, a mudança é necessária e tem que ocorrer, mas alguém precisa dar o pontapé inicial. Que este não seja apenas mais um trabalho sobre a temática, mas que leve aos que dele se deleitarem, pedagogos, professores, pesquisadores, gestores e sociedade civil a tomar a atitude de mudar, para que posteriormente veja a mudança dos demais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cirsa Doroteia; PÁTARO, Ricardo Fernandes. **Educação em Valores: a escola como espaço de formação para a cidadania na sociedade contemporânea**. Campinas, outubro de 2011. Disponível em:

<>. Acesso em 25 de jul., de 2018.

BRAGA, Sonia Maria Alvarenga. **A importância dos valores morais na educação do seu filho**. 2014. Disponível em:

<>. Acesso em 25 de jul., de 2018.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em:

<>. Acesso em 25 de jul., de 2018.

BRASIL. Lei nº 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em:

<>. Acesso em 23 de jul., de 2018.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília : MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF, Outubro, 2004.

BRASIL. **Lei nº. 12.711, de agosto de 2012**. Disponível em:

<>. Acesso em 23 de jul., de 2018.

BRASIL. **Lei nº. 12.990, de junho de 2014**. Disponível em:

<>. Acesso em 23 de jul., de 2018.

CAMINO, Leoncio; SILVA, Patrícia da; Machado, Aline; PEREIRA, Cícero. A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica. Paraíba: **Revista Psicologia Política**, jun., de 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. São Paulo: In: **Revista de Antropologia**, v. 47, nº 1, USP, 2004.

JUSBRASIL. **O Racismo das Cotas Raciais**. 2013. Disponível em:

<. Acesso em 23 de jul., de 2018.

LOPES, N. **O RACISMO explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro; Agir; 2007.

MENEZES, Estera Muszkat; SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4ª ed. rev. e atual. Florianópolis, UFSC, 2005. Disponível em:

<< http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3439.pdf>>. Acesso em 28 de jul., de 2018.

MUNANGA, K. org. **Superando o Racismo na Escola**. UNIP, 2005. Disponível em:

<>. Acesso em 28 de jul., de 2018.

NASCIMENTO, Antonia Eunice de Jesus do. Educação e preconceito racial no Brasil: Discriminação no Ambiente Escolar. **V EPEAL**, 2010. Disponível em:

<>. Acesso em 28 de jul., de 2018.

SANTOS, Marcos de Freitas. **Discriminação Racial x Dificuldade de Aprendizagem**: Contribuição de um Trabalho Psicopedagógico. 2014. Disponível em:

<>. Acesso em 05 de ago., de 2018.

SILVA, Jaqueline da Costa Reis; SILVA, Solange Deolinda da. A dura realidade do aluno negro na educação escolar brasileira. São Paulo: E-FACEQ. In: **Revista dos Discentes da Faculdade Eça de Queirós**, ISSN 2238-8605, Ano 4, n. 6, ago., de 2015.

SVERSUTI, Regina Pereira da Silva; SVERSUTI, Sandra Maria Novais. **Construtivismo e Interacionismo**. 2008. Disponível em:

<>. Acesso em 05 de ago., de 2018.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Cotidiano das escolas entre violências**. Coordenador por Miriam Abramovay. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2010.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **O impacto do racismo na infância**. Brasília: UNICEF, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatório de pesquisa em Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WILLIAMS, JR., R. M. Preconceito. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (org). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.